



Plenário aprova prioridade para saúde de estudantes

Vai para segundo turno de votação proposta que garante o acesso, nas escolas, a exames e correção de problemas visuais ou auditivos

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, projeto que determina que os programas de assistência à saúde de estudantes, como o Saúde na Escola, priorizem a identificação, por meio de exames, de problemas visuais e auditivos. Eles também deverão dar acesso aos recursos necessários para que essas dificuldades sejam corrigidas e não atrapalhem o aprendizado. A proposta ainda passará por votação suplementar. **3**



Flexa Ribeiro, Eunício Oliveira e Jorge Viana durante sessão do Plenário que aprovou proposta sobre saúde e educação

Senado autoriza empréstimo para município cearense

O Plenário aprovou a contratação de crédito externo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 31,7 milhões, pelo município cearense de Maracanaú. Os recursos serão destinados a obras do Programa de Transporte e Logística Urbana, como melhoria de ruas e avenidas e interligação de bairros periféricos com a região central. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, pautou a votação e comemorou a aprovação. **3**

Organização social pode ter nova regra para contratos **4**

Proposta extingue carência em planos de saúde **5**

Debate defende Base Comum Curricular **8**

Instaladas MPs do acordo com caminhoneiros **2**

Avança incentivo à contratação de maior de 55 anos **6**



Para Colnago, redução do valor do mínimo, por enquanto, é especulação

Ministro não confirma redução no reajuste do salário mínimo

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago Junior, disse na Comissão de Orçamento que é especulação a informação de que o salário mínimo

de 2019 será de R\$ 998, e não R\$ 1.002, como estava previsto. Ele admitiu, entretanto, que a equipe econômica ainda pode revisar as projeções. **5**

Projeto que obriga preso a pagar custos da prisão segue à Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem um projeto que obriga o preso a ressarcir o Estado pelos gastos com sua manu-

tenção no presídio. Se não tiver recursos, ele deve pagar com trabalho, determina a proposta, que segue para a Câmara dos Deputados. **4**



Autor do projeto, Waldemir Moka recebe apoio do relator, Ronaldo Caiado



Participação popular é tema do encarte sobre os 30 anos da Constituição

Transexuais idosos pedem mais assistência social

A falta de assistência à saúde e a dificuldade de acesso a políticas públicas foram as principais reclamações de idosos travestis, transexuais e gays ouvidos ontem pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos. As senadoras Marta Suplicy e Regina Sousa avaliaram que a atual composição do Congresso, conservadora na opinião delas, dificulta o avanço de pautas LGBT e disseram que vão lutar por políticas inclusivas. **8**



João Nery é o primeiro homem trans a fazer a redesignação de gênero no Brasil

Aprovado nome de novo embaixador do Brasil no Japão

O Plenário ratificou ontem o nome de Eduardo Paes Saboia para embaixador do Brasil no Japão. Na Comissão de Relações Exteriores, foi aprovada a indicação do diplomata João Almino para a embaixada do Brasil no Equador. **7**

Banco Central e Cade defendem a adoção do cadastro positivo

Em audiência na CPI dos Cartões de Crédito, o uso do cadastro positivo foi defendido por representantes do Banco Central, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e do Ministério da Fazenda como forma de redução dos juros no país. **5**

Começa análise de MPs do acordo com caminhoneiros

Congresso instalou ontem as comissões mistas que vão avaliar medidas prometidas pelo governo para encerrar a greve, como a definição de preços mínimos de frete e mudanças na cobrança de pedágios

FORAM INSTALADAS ONTEM as comissões mistas que vão analisar as três medidas provisórias resultantes do acordo entre o governo e os caminhoneiros que pôs fim à greve da categoria.

Formadas por deputados e senadores, as comissões emitirão parecer sobre as medidas antes de elas serem votadas nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. A instalação foi seguida pela eleição dos presidentes e vice-presidentes dos colegiados, que indicaram relatores e revisores das MPs.

Uma das medidas reserva 30% do frete da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a cooperativas de transporte, sindicatos e associações de autônomos (MP 831/2018). A Conab é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura.

Para presidir a comissão, foi eleito o deputado Aelton Freitas (PR-MG). O senador Benedito de Lira (PP-AL) ocupará o cargo de vice e o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), o de relator. A revisão será do deputado Pedro Fernandes (PTB-MA).

Para melhorar as condições de contratação de fretes, o governo editou a MP 832/2018. O texto cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas e atribui à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a responsabilidade de publicar duas tabelas anuais com os preços mínimos dos fretes por quilômetro rodado, levando em conta o tipo de carga e custos de óleo diesel e pedágios.

Das três medidas, a MP 832 foi a que mais recebeu emendas parlamentares, 55 no total. O colegiado elegeu como vice-presidente o deputado Darcísio Perondi (MDB-RS). O cargo de presidente segue vago. O relator será o deputado Osmar Terra (MDB-RS), que



Benedito de Lira (C) será vice-presidente de MP sobre fretes da Conab

se comprometeu a trabalhar para que os caminhoneiros autônomos sejam protegidos, sem prejudicar a cadeia de transporte rodoviário do país.

— Esse pleito dos caminhoneiros não surgiu neste governo. Eu acompanhei a paralisação dos caminhoneiros em 2015 e eles saíram de mãos abanando — afirmou Osmar.

Perondi comparou as condições de trabalho de muitos caminhoneiros com a escravidão. Para ele, as grandes transportadoras exploram o capital humano que é o caminhoneiro. O vice-presidente informou ainda que o plano de trabalho da comissão deverá ser apresentado na quarta-feira.

Eixos suspensos

A MP 833 determina a dispensa do pagamento do pedágio dos eixos suspensos dos caminhões. O colegiado será presidido pelo deputado Sandro Alex (PSD-PR). Os senadores Airtón Sandoval (MDB-SP) e José Agripino (DEM-RN) ocuparão os cargos de vice-presidente e relator, respectivamente.

Pela medida, a liberação do pedágio será estendida para as rodovias estaduais, distritais e municipais. A Lei dos Motoristas (Lei 13.103, de 2015) e o Decreto 8.433, de 2015, dispensam o pedágio apenas para as rodovias federais. A MP estabelece ainda que o

caminhoneiro que circular com os eixos indevidamente suspensos para não pagar o pedágio poderá receber multa de natureza grave.

Fundo Soberano

Também foi instalada ontem a comissão que analisará a MP 830/2018, sobre a extinção do Fundo Soberano do Brasil (FSB). O fundo foi criado pela Lei 11.887, de 2008, com o objetivo de atenuar o efeito de crises econômicas no país. O texto do governo estabelece que os recursos do FSB serão destinados ao pagamento da dívida pública federal.

Para o cargo de presidente, foi eleito o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que indicou como relator o deputado Mendonça Filho (DEM-PE). O cargo de vice será ocupado pelo deputado Leonardo Quintão (MDB-MG). Segundo Flexa, a próxima reunião da comissão deve ocorrer na terça-feira, quando o relator apresentará o plano de trabalho.

Foi instalada ainda a comissão responsável pela MP 829/2018, que prorroga por até um ano 187 contratos dos Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e da Ciência e Tecnologia.

O colegiado elegeu como presidente o deputado Augusto Coutinho (SD-PE), que indicou a senadora Ana Amélia (PP-RS) para a relatoria.

Governos de Lula e de Dilma valorizaram a Petrobras, diz Gleisi

Gleisi Hoffmann (PT-PR) contestou críticas à condução da Petrobras nos governos Lula e Dilma.



Mônica Miniz/Agência Senado

Ela disse que, nos governos do PT, a estatal não teve prejuízo, mesmo em 2015, quando a queda do preço do petróleo abalou empresas do setor em todo o mundo. Também houve investimento em pesquisa, e a descoberta do pré-sal permitiu dobrar a produção nacional, defendeu a senadora.

Segundo ela, o governo Temer tirou empregos no setor petrolífero e submeteu a Petrobras aos operadores financeiros.

Otto Alencar denuncia tentativa de desmonte da estatal do petróleo

Otto Alencar (PSD-BA) manifestou apoio à abertura de CPI sobre o preço dos combustíveis e cobrou



Pedro Frango/Agência Senado

explicações do ex-presidente da Petrobras, Pedro Parente, sobre o que considera uma política de desmonte da empresa.

O senador acusou Parente de preencher o conselho de administração com pessoas ligadas ao mercado de capitais e disse que o objetivo é transferir 25% do refino a empresas estrangeiras. Segundo ele, as importações de derivados de petróleo aumentaram e muitas refinarias já operam abaixo da metade da capacidade.

Maria do Carmo pede medidas para conter preço de combustíveis

A greve dos caminhoneiros mostrou que é preciso adotar medidas para conter os sucessivos reajustes



Roque de Sá/Agência Senado

dos combustíveis, disse Maria do Carmo Alves (DEM-SE). A senadora afirmou ainda que a paralisação revelou a dependência do país do transporte rodoviário. Ela lamentou que a malha ferroviária, importante num país de dimensões continentais, além de insuficiente, não seja integrada às rodovias.

— Até 1950, esse foi o meio de transporte de carga mais importante do país, mas hoje 61% dos produtos são escoados pelas estradas.

Ângela Portela teme revolta diante de gás, gasolina e diesel caros

Ângela Portela (PDT-RR) disse ontem que o governo perdeu o controle sobre o país. A senadora manifestou



Roque de Sá/Agência Senado

apoio à instalação de uma CPI sobre a política de preços da Petrobras, ressaltando que o presidente Michel Temer não tem força para fazer cumprir a redução no preço do diesel acordada com caminhoneiros.

Ela disse que os derivados de petróleo continuam caros, situação que pode resultar em revolta do povo. Ângela também pediu atenção aos dados do Atlas da Violência, que colocam o Brasil entre os países mais violentos do mundo.

ERRAMOS

Diferentemente do que foi publicado na página 7 de ontem, no texto sobre audiência pública com o ministro da Integração Nacional, Pádua Andrade, a Barragem de Oiticica (RN) não faz parte da transposição do Rio São Francisco, embora sua construção seja uma preocupação do governo. O ministro afirmou que os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte receberão águas da transposição ainda em 2018.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

Comissão discutirá reforma agrária e preço da gasolina

A Comissão Senado do Futuro aprovou ontem a realização de cinco audiências públicas. Uma delas terá como tema “Qual a reforma agrária rural que o Brasil precisa?”

Participarão do debate representantes da Superintendência de Patrimônio da União, do Incra, do Ministério Público Federal e de organizações de defesa de agricultores e assentados.

Outra audiência deve discutir a gestão e a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal e seus impactos no futuro da capital.

Uma terceira audiência tratará das perspectivas dos jovens empreendedores brasileiros. Haverá ainda audiência sobre o futuro da advocacia no país. As quatro propostas são iniciativas de Hélio José (Pros-DF), presidente da comissão.

Também foi aprovada audiência para debater o impacto do preço da gasolina nos serviços de transportes. Devem participar representantes da Petrobras e de sindicatos de taxistas, de motoristas de transporte escolar, de motoristas de aplicativos e de motociclistas. A proposta foi de Cristovam Buarque (PPS-DF).

As datas das audiências ainda serão definidas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CRE Embaixadores

9h Sábina de embaixadores indicados para Malawi e Azerbaijão. Em seguida, instalação do Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Norte.

CPI DOS MAUS-TRATOS Reunião

10h A comissão parlamentar de inquérito se reúne para analisar requerimento.

PLENÁRIO Discursos

11h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos.

CSE Empreendedorismo

18h A Comissão Senado do Futuro faz audiência interativa para discutir empreendedorismo, dentro do ciclo de palestras “2022: o Brasil que queremos”.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Projeto prioriza identificar dificuldades em estudantes

Foi aprovada em primeiro turno proposta que garante a alunos atendidos por programas de assistência, como o Saúde na Escola, acesso a exames e recursos de correção de problemas visuais ou auditivos

PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA à saúde de estudantes, como o Saúde na Escola, devem priorizar a identificação e a correção de problemas visuais e auditivos, com acesso aos recursos necessários. É o que prevê projeto aprovado ontem pelo Plenário. O PLC 104/2015 ainda terá de passar por turno suplementar de votação.

O texto, do deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), tramitava em conjunto com outras propostas (PLC 214/2015 e PLS 483/2011). A versão aprovada é um substitutivo da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que relatou o projeto na Comissão de Educação (CE).

— É um projeto que considero fundamental. Quem foi prefeito, quem foi vereador e quem foi professor sabe da

importância de garantir aos alunos esses exames e o encaminhamento a um especialista do SUS — afirmou.

Otto Alencar (PSD-BA), que relatou o texto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), afirmou que muitos alunos, especialmente os de menor poder aquisitivo, têm vergonha de dizer que não estão enxergando bem e, conseqüentemente, não estão conseguindo ler.

— Esses exames que não têm um valor tão alto, mas têm um desdobramento fundamental para o aprendizado dos jovens que estão matriculados nas escolas públicas deste país, por aí afora. O Sistema Único de Saúde tem todas as condições de fazer e executar esse tipo de exame — disse.

José Serra (PSDB-SP), que já

foi Ministro da Saúde, concordou. O senador explicou que, na área de saúde, o que consome muitos recursos é o custeio, não o investimento. Para ele, o custeio, no caso do projeto, é barato e depende apenas de organização. O projeto, segundo o senador, tem um papel fundamental em relação aos alunos mais pobres e aos mais jovens.

Aprendizado

Jorge Viana (PT-AC) disse ter problemas sérios de audição e, por isso, destacou seu compromisso de buscar ajudar pessoas com dificuldades semelhantes. Para ele, problemas auditivos e visuais prejudicam o aprendizado e o projeto pode contribuir para a formação das crianças.



Eunício comemora a aprovação do projeto para o empréstimo externo

Senado aprova financiamento externo para município cearense

O Plenário do Senado aprovou ontem o pedido de autorização para contratação de crédito externo entre o município de Maracanaú (CE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB), no valor de US\$ 31,7 milhões. O PRS 28/2018 vai a promulgação.

Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do projeto do Programa de Transporte e Logística Urbana de Maracanaú (Translog). A operação, garantida pela União, tem prazo total de 300 meses, com contrapartidas do município e atualização pela variação cambial.

Corredores

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, pautou a votação e se empenhou na aprovação. Ele parabenizou os moradores e o prefeito da cidade, Firmo Camurça, pela autorização do empréstimo.

— Maracanaú, no meu querido Ceará, vai receber

mais de R\$ 123 milhões nesse projeto e mais alguns valores.

O TransLog investe na infraestrutura e mobilidade urbana de Maracanaú. Fazem parte do programa as obras de melhoria nos principais corredores (avenidas e ruas) da cidade, interligação dos bairros periféricos com a região central do município, integração dos diversos modais de transporte (ônibus, metrô e bicicletas, através das ciclovias e ciclofaixas) e otimização da logística para escoamento da produção dos distritos industriais.

O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) elogiou as boas condições econômicas e financeiras do município cearense.

— Esse município é seguramente uma referência porque ele está em boas condições econômicas e financeiras, fez o dever de casa, está muito bem ranqueado pela Secretaria do Tesouro Nacional — disse o senador.



Plenário aprovou, em primeira votação, projeto sobre identificação e correção de problemas auditivos e visuais

Plenário ratifica recondução de conselheiro do CNJ por dois anos

O Plenário do Senado aprovou ontem a recondução do conselheiro Henrique de Almeida Ávila para novo mandato de dois anos no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele ocupará a vaga reservada ao Senado Federal. O atual mandato de Ávila termina em fevereiro de 2019. A indicação (OFS 20/2018) recebeu 52 votos favoráveis, nove contrários e uma abstenção.

Ávila, de 35 anos, é professor de Direito Processual Civil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestre e doutorando também pela PUC-SP. É advogado do escritório Sérgio Bermudes.

Durante sua sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no mês passado, o advogado abordou questões como celeridade da Justiça e

judicialização da saúde. Ele defendeu a adoção de medidas que estimulem o uso de meios alternativos de resolução de conflitos como a mediação e a arbitragem.

Sobre o número de processos que se acumulam na Justiça, Ávila afirmou que o CNJ busca, por meio de atos administrativos e por meio de um planejamento estratégico, acelerar o atendimento de ações apresentadas por cidadãos. Segundo ele, cada juiz no país julgou, em média, 1.749 processos em 2017. São 7 processos por dia. O maior gargalo está na primeira instância. Por isso, o CNJ elaborou uma resolução que redistribuiu servidores para tentar fornecer mais força de trabalho para as áreas que apresentam maior demanda.

Revogada decisão judicial que obrigava o Congresso a criar CPI da dívida externa

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região revogou na terça-feira decisão do juiz federal Waldemar de Carvalho que determinava ao Congresso criar uma CPI sobre a dívida externa brasileira. O TRF-1 atendeu a recurso da Advocacia-Geral da União (AGU), alegando violação à separação dos Poderes.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, informou que a Advocacia da Casa também havia atuado para suspender a decisão do juiz federal. Para o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), a decisão do juiz foi política e visou constranger o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF).

— Isso só vai acabar se tivermos uma lei de abuso de autoridade — disse Renan.

Com 29 assinaturas, Vanessa requer CPI sobre combustíveis

Uma comissão parlamentar de inquérito do Senado deverá investigar a política de preços cobrados pela Petrobras na venda de combustíveis. O requerimento de CPI, apresentado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), conta com 29 assinaturas, mais que o necessário para a instalação.

Segundo a senadora, a CPI vai apurar “os mais de 200 reajustes de combustíveis” ocorridos durante o governo do presidente Michel Temer.

— O objetivo é fazer um levantamento técnico. Talvez seja a única CPI que não terá necessidade de convocar ninguém: apenas levantar e estudar os dados, para dar condições ao Senado de votar as medidas provisórias e os projetos do governo que jogam para a população a conta dos R\$ 0,46

pelo litro do diesel — disse.

Magno Malta (PR-ES) assinou o requerimento e anunciou que vai pedir a convocação da ex-presidente Dilma Rousseff, do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e de ex-diretores da Petrobras condenados por corrupção.

— Só uma CPI dessas pode desvendar os contratos superfaturados — afirmou.

Para Ângela Portela (PDT-RR), a redução dos preços não pode se limitar ao óleo diesel, precisa chegar ao gás de cozinha e à gasolina.

Otto Alencar (PSD-BA) alertou para o risco de privatização da Petrobras, que tem reduzido a utilização de refinarias.

— Já há uma excessiva queda, em torno de 70%. Algumas delas estão operando com uma capacidade próxima a 50%.

Pagamento de despesas por preso vai à Câmara

Projeto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça obriga apenas a ressarcir o Estado pelo gasto com sua manutenção. Se não tiver recursos, ele deve pagar com trabalho

OS NÚMEROS DO *Atlas da Violência 2018*, constatando que o Brasil chegou à taxa de 30 assassinatos por 100 mil habitantes em 2016 (índice 30 vezes superior ao da Europa), impulsionaram ontem a aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de duas propostas relativas ao sistema prisional. Um dos projetos (PLS 580/2015) obriga o preso a ressarcir o Estado pelos gastos com sua manutenção no presídio. O outro (PLS 63/2018) prevê a construção de colônias agrícolas penais.

De Waldemir Moka (MDB-MS), o PLS 580/2015 altera a Lei de Execução Penal para prever que o ressarcimento é obrigatório, independentemente da circunstância. Se não possuir recursos próprios (ou seja, se for hipossuficiente), o apenas pagará com trabalho.

— Quero combater a ociosidade que tem levado os presos a serem presas fáceis das facções que hoje infestam nossos presídios — disse o senador.

O relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO), lembrou que o objetivo é fazer com que o Estado seja realmente ressarcido dos gastos que hoje estão sobre os ombros da sociedade brasileira, a um custo médio de mais de R\$ 2,4 mil por mês.

Duas sugestões de melhoria foram apresentadas por Simone Tebet (MDB-MS) e acolhidas por Caiado. Pelo texto aprovado, quando o preso tem condições financeiras, mas se recusa a trabalhar ou pagar, será inscrito na dívida ativa da Fazenda Pública. Além disso, o hipossuficiente que, ao final do cumprimento da pena, ainda tenha restos a pagar por seus gastos, terá a dívida perdoada ao ser colocado em liberdade.

A lei já determina que o preso condenado é obrigado a trabalhar, com uma jornada entre 6 e 8 horas e direito a descanso nos domingos e feriados. A proposta detalha a forma de cumprimento dessa exigência.

O projeto recebeu 16 votos favoráveis e 5 contrários, um

deles de Humberto Costa (PT-PE). Para o senador, o texto estimula o encarceramento.

Se não houver recurso para que seja votada em Plenário, a proposta seguirá para a Câmara dos Deputados.

Colônias agrícolas

O PLS 63/2018, de Eduardo Braga (MDB-AM), visa à construção de colônias agrícolas e industriais em municípios com mais de 500 mil habitantes para que os condenados por crimes

sem violência cumpram penas no regime semiaberto.

O texto, relatado por Valdir Raupp (MDB-RO), permitirá a criação de até 62 mil novas vagas no sistema prisional brasileiro, a serem destinadas exclusivamente ao cumprimento de pena privativa de liberdade por condenados do regime semiaberto envolvidos em crimes cometidos sem violência ou grave ameaça. Quanto aos condenados pelos mesmos tipos de crimes, mas

em regime fechado, poderão ser transferidos para as colônias quando progredirem para o regime semiaberto.

Para viabilizar a medida, o projeto determina o repasse de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) aos estados. Esse seria o ponto de partida para a construção, até 2020, de colônias agrícolas ou industriais em cidades com mais de 500 mil habitantes.

— O projeto vai contribuir para que os presos tenham oportunidade de trabalhar, produzir, conquistar seu sustento e retornar ao convívio social — frisou Braga.

O texto, que teve 17 votos favoráveis e nenhum contrário, poderá seguir direto para a Câmara, se não houver recurso para votação em Plenário.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, em 2016 o Brasil tinha 726,7 mil pessoas privadas de liberdade — mais do que o dobro da capacidade do sistema.



Relator, Caiado apoia proposta de Moka sobre ressarcimento de gastos

Aprovadas novas regras para contratos do poder público com organizações sociais

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, em decisão final, um projeto que estabelece novas regras para celebração, controle e rescisão de contratos de gestão do poder público com organizações sociais. Caso não haja recurso para votação pelo Plenário do Senado, o projeto seguirá direto para a Câmara.

A proposta (PLS 427/2017), de José Serra (PSDB-SP), teve

como relator Wilder Morais (DEM-GO). Segundo Wilder, a intenção do texto é fazer uma “reforma” na Lei 9.637, de 1998, que regula a qualificação de entidades como organizações sociais. Apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) já ter declarado a constitucionalidade da norma, Serra acredita ser necessário fazer ajustes para que essas organizações e os contratos sejam norteados pela

“transparência, idoneidade e impessoalidade”.

As mudanças sugeridas estão baseadas em entendimentos recentes do STF e do Tribunal de Contas da União. Entre as principais alterações defendidas por Serra, estão a fixação de teto de remuneração para dirigentes das entidades, convocação pública para celebração de contratos de gestão e pena de inidoneidade de

dez anos para organização desqualificada na condução dos contratos.

Para o relator, as medidas promoverão grandes avanços. Ele decidiu, porém, apresentar um substitutivo ao texto original. Uma das alterações permite a estados e municípios estabelecer critérios próprios de representação nos órgãos dirigentes das organizações, distintos dos definidos pela

administração pública federal. Outra inovação possibilita à organização usar os recursos recebidos também para a compra de equipamentos e obras. Foi incluído ainda dispositivo que determina a fiscalização da execução do contrato pelo controle interno do Poder Executivo respectivo e pelas instituições de controle externo da administração pública, como TCU e Ministério Público.

Projeto dá mais autonomia a pessoa com deficiência

Um projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) altera a regulação da curatela de pessoas com deficiência. A proposta confirma, entre outras medidas, a tomada de decisão apoiada a pessoas com deficiência mental. O texto aprovado é um substitutivo da relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), ao PLS 757/2015, de Paulo Paim (PT-RS) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

O projeto, que ainda será submetido a turno suplementar de votação na CCJ, pretende resgatar dispositivos sobre a curatela do Código Civil e do Código de Processo Civil derrubados pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. A curatela consiste na nomeação judicial de um curador para cuidar dos interesses de uma pessoa incapaz.

— O estatuto havia mudado o Código Civil, retirando a autonomia de pessoas. Estamos

corrigindo isso. A curatela só será obrigatória em casos muito peculiares, como no autismo grave. Uma pessoa com síndrome de Down, por exemplo, poderá se casar ou praticar outros atos da vida civil sem intermediação de curador. Muitas entidades e ministérios públicos estaduais apoiam o projeto — explicou José Serra (PSDB-SP).

Pai de uma criança de 7 anos com Down, Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu a iniciativa, que, segundo ele, vai permitir mais independência às pessoas com deficiência.

— A luta é por autonomia, emprego, direito de decidir se quer casar ou não, morar só ou não. Estamos tratando a pessoa com deficiência como completamente incapaz. É errado.

Valadares disse concordar com o substitutivo. Para ele, o texto dá à pessoa com deficiência o equilíbrio entre a autonomia e o direito ao auxílio.

— As pessoas com deficiência maiores de 18 anos têm assegurado o direito da capacidade civil, como qualquer brasileiro. Restaria apenas estabelecer salvaguardas aos que eventualmente precisarem de ajuda. O substitutivo está de acordo com a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Lídice disse que buscou conciliar o direito à capacidade com o apoio necessário, sem retrocessos em relação às novas normas sobre direitos das pessoas com deficiência.

Para quem tem deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, mas é capaz de exprimir sua vontade, por qualquer meio, ficou garantida a formulação de pedido judicial de tomada de decisão apoiada. Esses cidadãos teriam que eleger como apoiadores pelo menos duas pessoas idôneas, com as quais mantenham vínculos e em quem confiem.

Avança permissão a publicidade paga em rádios comunitárias

Rádios comunitárias e educativas podem ganhar o direito de veicular propaganda paga em suas programações. Essa autorização consta de projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PLS 55/2016 segue para votação final na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A proposta acrescenta um artigo à lei que criou o serviço de radiodifusão comunitária (Lei 9.612, de 1998) para permitir o custeio da operação das rádios com a venda de publicidade. Como rádios comunitárias são associações sem fins lucrativos, hoje é vedada a venda espaços de publicidade.

De autoria do ex-senador Donizeti Nogueira, o projeto contemplava originalmente apenas as comunitárias, mas

o relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), acatou emenda de Raulo Rodrigues (Rede-AP) para estender a possibilidade às rádios educativas.

Ao recomendar a aprovação, Gurgacz ressaltou que o texto busca opções para viabilizar o custeio das rádios comunitárias, uma reivindicação antiga do setor.

Entendimento diverso foi expressado por Marta Suplicy (MDB-SP) em voto em separado. Ela reconheceu o papel das comunitárias em prol da democratização da comunicação e disse que não é insensível às dificuldades do setor. Mas ponderou que seria “concorrência desleal” permitir a emissoras concedidas gratuitamente e praticamente livres de tributos disputar publicidade com as rádios comerciais. Por isso, pediu a rejeição da proposta.

Ministro não confirma que mínimo terá reajuste menor

Esteves Colnago Junior, do Planejamento, disse na Comissão de Orçamento que o valor para 2019, norteado pelo crescimento econômico, ainda não foi definido. Segundo ele, diminuição da previsão não procede

O MINISTRO DO Planejamento, Esteves Colnago Junior, afirmou que não está confirmada a redução do valor previsto para o salário mínimo do próximo ano. Segundo o ministro, a equipe econômica pode realmente fazer uma revisão das projeções para 2019 ainda no segundo semestre. Mas, no momento, não é possível afirmar que haverá redução.

— Não há uma definição final do crescimento econômico que norteia o valor do salário mínimo. Assim, está valendo a grade de parâmetros de 15 de março, que prevê um salário mínimo de R\$ 1.002. A especulação de redução para R\$ 998 não procede — disse.

O ministro participou ontem de audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para falar sobre as previsões econômicas apresentadas no projeto da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019. No projeto, que tramita como PLN 2/2018, há uma série de projeções econômicas que o ministro considera “cenários”. Segundo ele, o Brasil poderá sair do déficit orçamentário-fiscal entre 2011 e 2024, dependendo do cenário.



O relator da LDO, Dalirio Beber, ao lado de Waldemir Moka (4º e 5º à esq.)

Colnago afirmou que para cumprir a regra de ouro de não gastar mais do que se arrecada, dois itens são fundamentais para a contabilidade de 2018 fechar: a devolução antecipada de R\$ 100 bilhões do BNDES ao Tesouro Nacional e o cancelamento de R\$ 20 bilhões em restos a pagar.

O ministro disse que os restos não foram processados por não terem empenho, ou seja, não teriam sido contratados ou executados.

Em relação à cobertura dos R\$ 13,5 bilhões do acordo do óleo diesel entre o governo e os caminhoneiros, o ministro

explicou que o valor terá que ser compensado com novos impostos ou retirada de benefícios tributários. Ele citou a reoneração das folhas de pagamento de 15 setores, a revogação do regime especial para a indústria química e o fim dos descontos do programa de incentivo às exportações como formas de ressarcir os gastos.

Colnago disse ainda que o atual governo não está deixando uma situação fiscal descontrolada para o governo que assumir em janeiro de 2019:

— A emenda do teto dos gastos nos dá credibilidade. Ela é uma âncora de segurança.

Para especialistas, cadastro positivo pode baixar juros

Representantes do Banco Central, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e do Ministério da Fazenda defenderam ontem, na CPI dos Cartões de Crédito, o uso do cadastro positivo como forma de redução dos juros no país.

Proposta do senador Dalirio Beber (PSDB-SC), que torna obrigatória a inclusão de dados de consumidores e empresas nos cadastros positivos de crédito (PLS 212/2017 — Complementar), foi aprovada pelo Senado no ano passado e aguarda votação na Câmara.

Os participantes da audiência avaliam que, com a transparência dos dados, as empresas teriam maior segurança em conceder crédito a consumidores considerados bons pagadores.

— Sempre que nós demos transparência às informações dos devedores, sempre que nós demos segurança

às garantias, a taxa de juros caiu e o *spread* caiu. Caiu brutalmente — afirmou o representante do Ministério da Fazenda, João Manuel de Melo.

De acordo com a conselheira do Cade, Cristiane Alckmin, para frear o aumento dos juros é necessário “criar medidas estruturais que deem garantias para o prestador e um desses pontos é a aprovação do cadastro positivo”.

O representante do Banco Central, Otávio Damaso, explicou que regras de regulação têm sido acionadas para frear os juros dos cartões. Ele também defendeu a transparência dos dados com a aprovação do cadastro.

Para o relator da CPI, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), uma das principais frentes de combate aos juros seria inibir a concentração e a verticalização dos bancos.



Cristiane, Ataídes Oliveira, Bezerra e Damaso na audiência sobre juros

Aprovada isenção de carência para atendimento de urgência

O cliente de plano de saúde pode ficar isento do cumprimento dos prazos de carência nos casos de urgência e emergência. É o que prevê o PLS 502/2017, da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), aprovado ontem pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). O texto segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto elimina mecanismos que dificultam o atendimento de urgência e emergência, inclusive autorizações prévias. A iniciativa também reduz para 120 dias o período de carência para internações hospitalares.

Atualmente, os prazos máximos de carência definidos pela legislação são de 24 horas para atendimentos de urgência e emergência, 300 dias para parto a termo, e 180 dias para os demais casos, como cirurgias.

Para Rose de Freitas, embora o período de carência proteja as operadoras contra abusos e fraudes

por parte do consumidor, isso não pode inviabilizar o atendimento em circunstâncias excepcionais e imprevisíveis, que exijam solução imediata.

A senadora entende que a fixação de prazos de carência não pode redundar em prejuízo para o consumidor, a ponto de impedir que o contrato com o plano de saúde cumpra a sua função social de prover o acesso aos tratamentos previstos.

“É necessário rever os períodos máximos de carência estabelecidos em lei, pois eles alteram sobremaneira o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema em prol das operadoras, prejudicando o usuário”, argumenta Rose.

O relator, Elmano Férrer (Pode-PI), considera acertada a eliminação dos prazos de carência para os atendimentos de urgência e emergência. Em sua avaliação, essa medida se justifica porque, caso o consumidor não receba o atendimento no tempo necessário, ele pode ser inócuo se realizado posteriormente.

Imóvel tomado pode ter 80% de parcelas devolvidas

Credores em empréstimos com alienação fiduciária que perderem seus imóveis para as instituições financeiras devido à inadimplência poderão ter direito à devolução imediata de 80% das parcelas pagas durante a vigência do financiamento. É o que determina projeto aprovado ontem pela Comissão de Transparência,

Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

O PLS 308/2017 segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a proposta determinava a devolução de 75% do valor das parcelas pagas. Mas uma emenda de

Paulo Paim (PT-RS) acatada pelo relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), passou o percentual para 80%.

Vanessa observa, na justificativa da proposta, que tem chegado aos tribunais um grande número de ações solicitando a devolução de prestações nesse tipo de financiamento bancário.

Dário Berger denuncia juros dos cartões de crédito

Dário Berger (MDB-SC) denunciou ontem os juros extorsivos praticados pelas empresas de cartões de crédito. Segundo dados recebidos do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a taxa de juros média do crédito rotativo dos cartões bateu em 403,69 % ao ano.

Membro da CPI dos Cartões de Crédito, Dário afirmou que se um brasileiro necessitar de um crédito extra de R\$ 1 mil do cartão de crédito, terá de pagar, em apenas um ano, cerca de cinco vezes mais do que usou.

Rudson Leite vê erro em MP sobre servidor dos ex-territórios

Rudson Leite (PV-RR) manifestou preocupação em relação ao enquadramento como funcionários federais dos servidores dos ex-territórios. Ele disse que a medida provisória que regulamenta o assunto e aguarda sanção do presidente da República contém uma grave falha. O senador destacou que a MP foi publicada sem qualquer estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, não contendo qualquer informação a respeito. Por isso, segundo ele, viola vários dispositivos legais.

Sociedade vai pagar redução no preço do diesel, critica Vanessa

A sociedade vai pagar pela redução de R\$ 0,46 do óleo diesel. O alerta é da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela argumentou que entre as medidas tomadas para viabilizar a redução estão cortes no Orçamento para as áreas de saúde, educação e segurança.

A senadora afirmou que o presidente Michel Temer decidiu penalizar a Região Norte, retirando benefícios do setor de bebidas da Zona Franca de Manaus para ajudar a pagar a redução do preço do diesel.

Comissão aprova incentivo para contratação de maiores de 55 anos

Pelo projeto, quem empregar pessoa acima de 55 anos terá redução no encargo do vale-transporte e na contribuição sobre a folha salarial

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto que estabelece cotas e políticas de incentivo às empresas para a contratação de trabalhadores com mais de 55 anos.

Pelo PLS 236/2017, do senador licenciado Cidinho Santos (PR-MT), a cota para as empresas que tenham entre 51 e 100 empregados será de cinco pessoas de 55 anos ou mais. Nas companhias com mais de 100 funcionários, a cota será de 5% das vagas. O projeto veda o uso desses funcionários em atividades insalubres de grau máximo. Eles também não poderão ter seus contratos rescindidos sem justa causa se faltarem

menos de 6 meses para obtenção da aposentadoria.

O texto, que tem voto favorável do relator, Paulo Rocha (PT-PA), prevê a adoção de duas políticas de incentivo às empresas para contratarem esses trabalhadores. A primeira reduz em 50% o encargo com o vale-transporte. A segunda reduz em 50% a contribuição devida pela empresa sobre a folha salarial desses empregados. A contribuição reduzida, no entanto, só terá validade quando o crescimento do PIB anual for inferior a 2%.

No relatório, Paulo Rocha aponta a grande dificuldade que os trabalha-

dores na faixa etária acima de 55 anos têm de conseguir emprego. “A renúncia fiscal neste caso é defensável, pois mantém o trabalhador na condição de empregado, ainda que com contribuição menor da empresa, em vez de admitir passivamente que passe à condição de desempregado beneficiário. No que se refere às contas públicas, é melhor receber um pouco menos do que gastar muito mais”, aponta.

A proposta segue agora para a análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que dará a palavra final sobre o projeto se não houver recursos para votação em Plenário.

Lúcia Vânia culpa a cultura machista pelo assassinato de grávida

Lúcia Vânia (PSB-GO) declarou solidariedade à família de Denise Ferreira, grávida de quatro meses, que foi assassinada em casa na frente do filho de um ano. O marido da vítima é o principal suspeito do crime. Para a senadora, o caso de Denise revela que é preciso não só aprimorar a legislação de combate à violência contra a mulher, mas também trabalhar para mudar a cultura machista no Brasil.

Segundo Lúcia Vânia, Goiânia aparece como a quinta capital brasileira mais violenta para a mulher.



Roque de Sá/Agência Senado

Eduardo Lopes destaca aprovação de projetos de segurança pública

Eduardo Lopes (PRB-RJ) destacou a aprovação de dois projetos de segurança pública pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Um deles é de Waldemir Moka (MDB-MS) e obriga o preso a pagar as despesas com o seu encarceramento. Se o preso não tiver recursos, deverá trabalhar para quitar a dívida. O outro projeto é de Eduardo Braga (MDB-AM) e repassa dinheiro do fundo penitenciário aos estados para construção de colônias agrícolas ou industriais em municípios com mais de 500 mil habitantes.



Moneira Moritz/Agência Senado

Hélio José parabeniza cidades de Taguatinga e de Brazlândia, no DF

Hélio José (Pros-DF), homenageou as cidades de Taguatinga e Brazlândia, no Distrito Federal, que comemoram aniversário na terça-feira. Ele registrou a importância econômica e social dessas cidades, com ênfase para a trajetória dos pioneiros que lutaram para se estabelecer nos arredores de Brasília e resistiram a todas as tentativas de expulsão.

— Deixo aqui minha admiração pelos que lutaram para se manter no Distrito Federal — declarou.



Roque de Sá/Agência Senado

Denúncia de violação de direitos humanos em SP será apurada

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem relatório que solicita a designação de um promotor para apurar denúncia sobre violação de direitos humanos no Complexo Penitenciário II de Tremembé (SP).

O relatório se baseia na declaração de Acir Filló dos Santos, detento do complexo penitenciário, enviado à comissão em nome de outro detento: Marcelo Pereira de Souza, que não sabe escrever, mas ditou uma carta relatando os fatos. Souza contou que foi obrigado por bandidos, mediante tortura, a incriminar um inocente pelo estupro e assassinato de duas crianças. Segundo ele, um policial o obrigou depois a manter a falsa acusação contra Everaldo de Jesus Santos.

Marcelo agora pede para ser ouvido por um juiz ou pelo Ministério Público para corrigir o erro e afirmar que Everaldo de Jesus Santos é inocente.

“Everaldo está preso injustamente, por culpa minha, pois eu o acusei, quando estava sofrendo violento espancamento. Nas primeiras vezes que os bandidos me mandavam acusar Everaldo eu me neguei, ai eles intensificaram as pancadarias não me dando opção senão acusar um inocente”, conclui o detento na carta.

O texto foi lido por Paulo Rocha (PT-PA) em substituição à relatora, senadora Regina Sousa (PT-PI), e também recomenda o encaminhamento de documentação ao juízo competente.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Debate aponta que Brasil precisa atuar melhor em repatriação de crianças

A atuação do poder público em processos de repatriação de crianças precisa ser aperfeiçoada para que brasileiros não sofram com erros e omissões. Essa foi uma das conclusões do debate promovido ontem pela Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM), em parceria com a Secretaria da Mulher da Câmara.

Os participantes discutiram a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, de 1980. A convenção visa assegurar o retorno imediato de crianças ilicitamente transferidas ou retidas em qualquer Estado signatário.

A advogada Claudia Grabois afirmou que falta assistência do poder público para mães brasileiras que têm filhos sequestrados por pais estrangeiros. Ela também disse que a Autoridade Central Administrativa Federal (Acaf), do Ministério da Justiça, precisa de pessoal mais qualificado para acom-

panhar esse tipo de processo.

Valéria Ghisi relatou que sofria violência doméstica na França e fugiu para o Brasil com a filha. A Justiça brasileira determinou o retorno da criança. Ela fez duras críticas ao Acaf e à AGU por, em sua interpretação, terem cometido erros em relação ao seu caso.

A coordenadora-geral de Adoção e Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes da Secretaria Nacional de Justiça, Natália Martins, disse que a convenção privilegia o interesse da criança. Por isso, a decisão tem de levar em conta se o retorno traz riscos para a criança. Segundo dados apresentados, entre 2002 e 2012, foram concluídos no Brasil 318 casos relativos à convenção, 100 dos quais culminaram no retorno da criança a outro país.

A presidente da comissão é a deputada federal Elcione Barbalho (MDB-PA). A vice-presidente, senadora Rose de Freitas (Pode-ES), e a relatora, deputada Luizianne Lins (PT-CE).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Aprovada indicação para embaixador no Japão

O nome de Eduardo Paes Saboia foi confirmado em Plenário ontem, após passar pela Comissão de Relações Exteriores, que também aprovou João Almino para o Equador

FOI APROVADA ONTEM em Plenário a indicação do diplomata Eduardo Paes Saboia para o cargo de embaixador no Japão. A nomeação (MSF 32/2018) recebeu 41 votos favoráveis, 8 contrários e uma abstenção. Saboia é carioca e graduado em direito pela Universidade de Brasília (UnB). Ingressou na carreira diplomática em 1989. Desde 2017, é chefe de gabinete do ministro das Relações Exteriores.

Em 2013, Saboia ajudou o senador boliviano Róger Pinto Molina a fugir para o Brasil. Molina era acusado de diversos crimes na Bolívia e alegava ser perseguido pelo governo de Evo Morales. Com asilo político do governo brasileiro, Molina foi levado em um carro oficial da embaixada até Corumbá (MS), sem autorização. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

criticou a ação do diplomata.

— Por isso, Saboia respondeu a inquérito administrativo e, em 2015, foi condenado a um afastamento temporário. E agora, alguém que nunca foi embaixador em lugar nenhum já é indicado para o Japão.

Para Humberto Costa (PT-PE), Saboia não está capacitado “nem do ponto de vista profissional, nem do de experiência e nem do ético”.

Já José Serra (PSDB-SP) disse que, quando foi ministro das Relações Exteriores, promoveu Saboia. O senador contou que por duas vezes precisou pedir asilo político: no Chile e na Bolívia. Em ambas, diplomatas fizeram transgressões protocolares para protegê-lo.

— Foram gestos de coragem, não de desobediência. Atitude tomada para salvar uma vida.

Sérgio Petecão (PSD-AC)



Paes Saboia, indicado para o Japão, e Fernando Collor acompanham a sabatina de João Almino para o Equador

também defendeu Saboia.

— Molina morou dois anos na minha casa — afirmou.

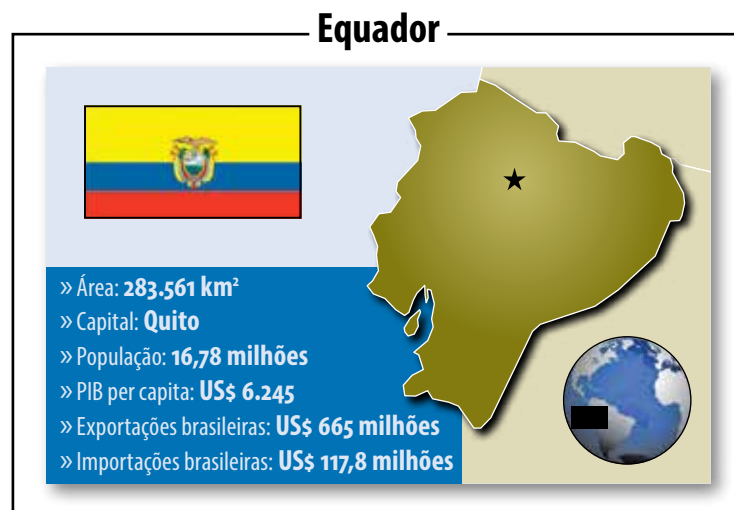
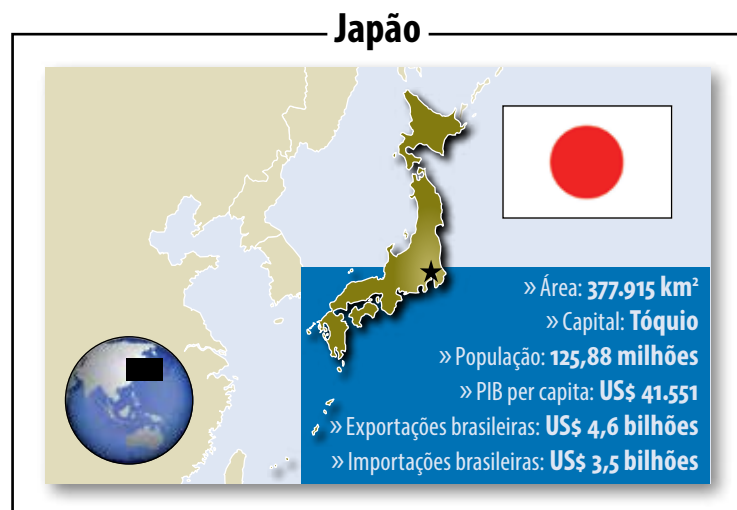
Durante a sabatina realizada pela manhã na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Saboia foi questionado por Cristovam Buarque (PPS-DF)

e Ana Amélia (PP-RS) sobre os milhares de jovens e crianças brasileiros no Japão que têm dificuldades de adaptação ao modelo educacional. Saboia afirmou que a comunidade brasileira naquele país é unida e que escolas particulares têm

sido abertas para atender os brasileiros. O assunto será uma prioridade de sua gestão, disse.

Cristovam ainda citou as tensões políticas entre o Japão e a China, em especial quanto ao controle de ilhas em mares territoriais. O diplomata respondeu que vê como improvável a evolução para alguma forma de confronto militar.

A CRE também aprovou ontem a indicação de João Almino de Souza Filho para embaixador no Equador, que ainda será analisada em Plenário. Na sabatina, Almino disse que o país tem adotado um distanciamento tênue em relação à Aliança Bolivariana das Américas (Alba) e ao governo da Venezuela, sem, no entanto, romper politicamente com nenhum deles.



Fonte: Cia World Factbook e investexportbrasil.gov.br



José Medeiros critica ONGs ambientalistas estrangeiras

José Medeiros (Pode-MT) criticou na terça-feira, a atuação de organizações ambientalistas que, segundo ele, dificultam o crescimento do Brasil. No Dia Mundial do Meio Ambiente, ele afirmou que “verdadeiras máfias se entronizaram, como se fossem um verme, nas instituições do país para travancar o desenvolvimento”.

O senador criticou ONGs estrangeiras que, na avaliação dele, não têm autoridade para questionar a preservação ambiental no Brasil porque os países que sediam essas organizações “não tem um pé de árvore para fazer um chá”.

Marta Suplicy comemora proteção da ararinha-azul

Os decretos que criam o Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha Azul, a Área de Proteção Ambiental da Ararinha Azul e a Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi, assinados hoje pelo presidente Michel Temer, foram comemorados por Marta Suplicy (MDB-SP) na terça-feira. O refúgio e a área de proteção ambiental Azul somam 120 mil hectares nos municípios de Juazeiro e Curaçá, na Bahia. A senadora informou que as áreas vão ser usadas para reintegração do animal à natureza.

De acordo com ela, a reserva será importante também para proteger os modos de vida de populações tradicionais. Serão beneficiadas, disse, mais de 13 mil famílias de pescadores artesanais e de agricultores familiares.



Piauí está em situação caótica por causa da seca, diz Elmano

O Piauí e os estados nordestinos, que são vítimas da indústria da seca, precisam de uma política de segurança hídrica, defendeu Elmano Férrer (Pode-PI). O senador informou que, mesmo sem ter chegado o período da seca, o Piauí já está em situação caótica. A população está dependente de carros-pipa e tem de caminhar quilômetros para se abastecer por ausência de políticas públicas nas cidades do interior.

Segundo Elmano, o Ceará, estado vizinho, está à frente em matéria de segurança hídrica por ter passado por gestões sérias e competentes.

Eduardo Lopes busca apoio para remédio contra dengue

Eduardo Lopes (PRB-RJ) relatou na terça-feira ter participado de reunião, no Ministério da Saúde, com dois pesquisadores que buscam recursos para o projeto de um novo medicamento que pode beneficiar pacientes com dengue, zika e chicungunha.

Apesar de destacar o papel das ações de prevenção, o senador lembrou que essas doenças atingem cada vez mais pessoas no Brasil e que o medicamento pode ajudar a diminuir a taxa de mortalidade.

— Ainda será necessário passar por algumas fases até que possa ser finalmente utilizado pela população, mas, sem dúvida, será um caminho para combater a dengue e seus sintomas e também para diminuir o índice de mortalidade desses pacientes — destacou.



Professores se mobilizam por educação, aponta Fátima

A realização da 1ª Conferência Nacional Popular da Educação, ocorrida em maio, em Belo Horizonte, foi destacada por Fátima Bezerra (PT-RN).

Ao final do encontro, relatou a senadora, foi apresentado documento com as principais reivindicações para uma educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade.

Entre as demandas, ela citou o fim do congelamento de investimentos em áreas sociais e a destinação de 10% do PIB e do pré-sal para a educação pública. Segundo Fátima, professores de todo o Brasil participaram da conferência.

Lídice destaca aprovação de projeto sobre curatela

Lídice da Mata (PSB-BA) comemorou, em discurso ontem, a aprovação de seu substitutivo ao projeto que estabelece mudanças na regulação da curatela de pessoas com deficiência. A curatela consiste na nomeação judicial de um terceiro para cuidar dos interesses de uma pessoa incapaz.

A proposta, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), assegura aos que têm deficiência mental ou intelectual, maiores de 18 anos, a capacidade civil. A curatela, no entanto, será obrigatória em alguns casos, como enfatizou Lídice.



Travestis idosos pedem melhor acesso à saúde

Transexuais na terceira idade também relataram, em audiência na Comissão de Direitos Humanos, dificuldades para garantir seus direitos de cidadão, como à aposentadoria

AOS 68 ANOS, João Nery não recebe aposentadoria. O primeiro homem trans a se submeter a cirurgias de redesignação de gênero no Brasil, há mais de 30 anos, está desempregado.

Seu sustento vem da venda do livro *Viagem Solitária*, no qual narra sua trajetória. João participou ontem de reunião conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH) para ilustrar os dramas da população LGBT na terceira idade.

Ainda com identidade feminina, ele se formou em psicologia e deu aulas em faculdades no Rio de Janeiro, mas teve que recorrer à clandestinidade para ser reconhecido como homem. Passou a fazer bicos para sobreviver.

— Estou aposentado, mas não tenho aposentadoria. Tive várias profissões que não exigiam formação. O Estado nunca me ressarcia dos danos

morais que me causou — relatou.

Nery luta pelos direitos da população LGBTI idosa, que muitas vezes tem dificuldade de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à aposentaria. A situação é peculiarmente complicada entre os travestis, segundo ele. Por falta de oportunidades de emprego, muitos recorrem à prostituição.

— A média de vida de uma travesti é de 35 anos de idade. Ou morre de Aids, ou de drogas, ou assassinada. Outra causa comum é o suicídio.

De acordo com Nery, muitos travestis e transexuais acabam abrindo mão de sua identidade de gênero na terceira idade para ter acesso à saúde e, talvez, ao amparo da família.

— Muitas travestis chegam à velhice sem família porque fugiram de casa. Para ter tratamento médico, voltam a se vestir como homem porque a documentação é masculina.



João Nery, Marta e Bayard Tonelli debatem dificuldade de acesso à saúde e à previdência para pessoas LGBTI

Em fevereiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) acabou com a necessidade de cirurgia de mudança de sexo e de autorização judicial para a retificação do registro civil.

O nome de João Nery batiza um projeto (PL 5.002/2013, na Câmara) dos deputados Jean Wyllys (Psol-RJ) e Erika Kokay (PT-DF), que facilita os trâmites para mudança de nome e de gênero e prevê que tratamentos a pessoas trans deverão ser oferecidos pelo SUS.

— Hoje podemos ir ao cartório mudar nosso prenome e gênero. Isso não é suficiente. São necessárias leis que nos protejam — defendeu.

O fundador do grupo de teatro e dança Dzi Croquettes, Bayard Tonelli, de 69 anos, também relatou as dificuldades de ser um idoso gay e cobrou atenção do Estado.

— Idoso na nossa sociedade não tem direito a nada. Dentro das minorias, é ainda mais terrível. Pelas amigadas que

fiz, tenho acesso a médicos e estrutura, mas nada apoio governamental. Sou marginalizado — relatou.

A iniciativa da audiência no Mês do Orgulho Gay é de Marta Suplicy (MDB-SP) e Regina Sousa (PT-PI). Elas observaram que a atual composição do Congresso, conservadora na opinião das senadoras, dificulta o avanço de pautas LGBT. Ambas afirmaram que vão continuar lutando por políticas públicas inclusivas.

Senadores defendem Base Nacional Comum Curricular

O professor não é quem vai transmitir ao aluno sua visão de mundo, mas quem vai formá-lo como pensador autônomo, o que é mais desafiador, disseram participantes de audiência conjunta nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE). O debate tratou do desenvolvimento de competências sociais na escola.

A professora Claudia Kostin, especialista em políticas públicas, disse que o aluno precisa aprender que ele é construtor da sua vida e responsável pela

sua escolaridade. Para ela, a escola tem que ensinar a pensar, inclusive ensinar a pensar criticamente.

Marta Suplicy (MDB-SP), que presidiu a sessão, afirmou que o Brasil busca fazer uma revolução no ensino com a aplicação da Base Nacional Comum Curricular. A senadora destacou a importância de se investir na formação continuada de professores e defendeu que dirigentes de ensino, como ministros, reitores e diretores, sejam sabatinados no Senado

antes de tomarem posse em cargos públicos.

Roberto Muniz (PP-BA) disse que a base curricular dará uma oportunidade para o país mudar, mas reconheceu que se trata de um enorme desafio. Ele defendeu investimentos na formação não só de professores, mas também de gestores da educação, como diretores de escolas.

A representante do Ministério da Educação, Fernanda Marsaro, destacou a importância de se elevar os investimentos na infraestrutura das escolas. A ampliação de recursos tecnológicos, por exemplo, trará condições de oferecer um ensino de melhor qualidade e contribuir para um maior interesse dos alunos.

— Distanciar os estudantes do sucateamento pode ajudar a diminuir a evasão. Quem não quer estudar num lugar bonito, organizado, em que se sente bem e com uma boa merenda?

Plenário vai analisar validade nacional para receitas de remédios controlados

As receitas de medicamentos controlados e manipulados poderão ter validade nacional, independentemente do lugar do país em que tenha sido emitida. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado com essa determinação (PLS 325/2012). A proposta segue agora para análise do Plenário do Senado.

Os deputados estenderam a

permissão aos medicamentos sujeitos ao controle sanitário especial. No entendimento da Câmara, na prática, esses medicamentos são os únicos cujas receitas não podem ser aviadas fora do estado em que tenham sido emitidas.

A relatora na CAS, senadora Ana Amélia (PP-RS), argumentou que a iniciativa vai beneficiar os pacientes que estão em tratamento e precisam viajar ou se consultar em outro estado.

Comissão sobre Mudanças Climáticas aprova audiências sobre desmatamento

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas vai debater a diversificação da matriz energética e o combate ao desmatamento na Amazônia e no Cerrado. O plano de trabalho do colegiado, apresentado pelo relator da comissão, senador Jorge Viana

(PT-AC), foi aprovado ontem.

O texto diz que as iniciativas do colegiado serão importantes para ajudar o país na reversão dos efeitos das mudanças no clima. Foram incluídas na agenda audiências sobre o RenovaBio e sobre o controle de emissões de gases.



Fernanda Marsaro e Claudia Costin participam de audiência conjunta



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Lindbergh: reforma trabalhista pôs o Brasil na lista suja da OIT

Lindbergh Farias (PT-RJ) atribuiu à reforma trabalhista a decisão da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de incluir o Brasil na lista de países que desrespeitam regras internacionais de proteção ao trabalhador.

Segundo o senador, além dos casos de trabalho escravo no país,



Pedro França/Agência Senado

a decisão da OIT foi causada pelas mudanças na CLT e pelo enfraquecimento da liberdade sindical.

Lindbergh citou como exemplo da precarização das relações trabalhistas o trabalho intermitente. Para ele, o governo põe na conta do trabalhador o ajuste fiscal e a redução do valor do diesel.

Para Paim, Brasil foi condenado por organização internacional

A inclusão do Brasil na lista suja da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi uma condenação ao país pela aprovação da reforma trabalhista, disse Paulo Paim (PT-RS).

O senador informou que o órgão internacional respondeu aos esforços conjuntos das centrais



Pedro França/Agência Senado

sindicais brasileiras.

Paim disse que a reforma fez o Brasil praticamente retroagir à época da escravidão, eliminando uma série de direitos dos trabalhadores.

— Vários candidatos à Presidência da República já se comprometeram a revogar essa legislação, caso sejam eleitos.

Humberto anuncia pré-lançamento da candidatura de Lula ao Planalto

Amanhã, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, haverá um ato de pré-lançamento da candidatura de Lula à Presidência da República, anunciou Humberto Costa (PT-PE). O senador disse que o evento, de caráter suprapartidário, também terá como objetivo a



Pedro França/Agência Senado

defesa da democracia, por meio de eleições livres, que contem com a participação do ex-presidente.

Humberto destacou que Lula é líder em todos os cenários de todas as pesquisas eleitorais. Ele criticou os institutos que ignoram o nome do ex-presidente em pesquisas de opinião.



Constituição garantiu participação popular direta para consolidar legado de cidadania

Carta de 1988 buscou manter a mesma interação entre sociedade e seus representantes eleitos que marcou a Assembleia Constituinte

Guilherme Oliveira

O “**SOPRO** de gente” que tomou os corredores, gabinetes e plenários do Congresso durante a Assembleia Constituinte teria prazo para acabar: a promulgação da nova Constituição Federal. A intensa participação popular durante a elaboração da nova Carta foi um aspecto marcante daquele momento da história do Brasil, mas, uma vez finalizada a Constituição, qual seria o

papel da sociedade perante os poderes institucionais?

Os deputados e senadores constituintes compreenderam que era função deles garantir a continuidade da interação com o povo e até mesmo a intervenção direta da sociedade no exercício do poder. Com esse propósito, a Constituição foi equipada com ferramentas de participação popular, apontadas já no primeiro artigo, onde se apresentam os princípios fundamentais da República.

Diz o texto: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

O enunciado determina um equilíbrio: o Brasil é uma democracia representativa, em que a população elege pessoas a quem delega a função de elaborar leis e executar políticas. Ao mesmo tempo, é preciso haver canais por meio dos quais a população possa se fazer ouvir sem intermediações.



Em julho de 1987, na Câmara dos Deputados, funcionários da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) entregam abaixo-assinados de projetos de iniciativa popular para a Constituinte

Iniciativa popular: quando o cidadão ajuda a escrever a lei

Projetos apresentados pelos eleitores são a maior contribuição do texto constitucional para a participação da sociedade no ordenamento jurídico

A PRINCIPAL inovação da Constituição de 1988 em termos de participação direta da sociedade foi a ferramenta dos projetos de lei de iniciativa popular. Ela está prevista no texto original da Constituição e, desde a promulgação, já produziu quatro normas do ordenamento jurídico brasileiro: o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Popular, a lei que expandiu o rol de crimes hediondos, a lei que tipificou a compra de votos como crime eleitoral e

a Lei da Ficha Limpa.

A ficha limpa virou lei em 2010 e teve como principal articulador o fundador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), o advogado e juiz Márlon Reis. Para ele, a iniciativa popular é uma forma de a sociedade motivar a discussão sobre matérias que seus representantes no Legislativo evitam abordar.

— A democracia representativa foi pensada para um tempo em que não havia

a possibilidade de consulta direta da sociedade. E precisamos dela para realizar atividades complexas do Parlamento. Mas é dever dele, agora que temos tantas ferramentas, utilizá-las. Não há o que temer. Isso não enfraquece o Parlamento e nem rivaliza com ele, pelo contrário, moderniza-o e aumenta a sua legitimidade.

A apresentação de um projeto de iniciativa popular depende do apoio formalizado de pelo menos 1% do eleitorado brasileiro — hoje o equivalente a cerca de 1,47 milhão de pessoas. Esse grupo deve estar distribuído no mínimo em cinco estados, com pelo menos 0,3% do eleitorado de cada um. A regra tenta garantir a pluralidade da proposta, evitando que uma grande concentração populacional de um só centro urbano consiga impulsionar



Então presidente da Câmara Michel Temer (C) recebe as assinaturas de apoio ao projeto de iniciativa popular da ficha limpa

uma ideia que beneficie exclusivamente aquele local.

O apoio popular é comprovado mediante a apresentação de assinaturas, acompanhadas do número do CPF ou do título de eleitor.

Há propostas em análise no Congresso para modificar as regras e diminuir o número de assinaturas, tornando o canal mais acessível. Mas para o professor do Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento da Câmara dos Deputados (Cefor) Fábio Lopes, especializado em processo legislativo, o quorum mínimo atual exige que uma mobilização se desenrole consistentemente por um período significativo de tempo, o que garante que apenas temas com interesse real — e não meros arroubos — se convertam em projetos de lei por essa via.

— Às vezes trabalhamos

muito a reboque da emoção do momento. A exigência qualificada de um patamar de assinaturas nos restringe o ímpeto legislativo. Evita que a população banalize o instrumento — analisa.

Lopes defende o investimento em tecnologias que permitam o apoio de forma virtual para facilitar a articulação da iniciativa popular.

Portal e-Cidadania

O Congresso já trabalha com canais de participação popular na produção legislativa. No Senado, o Portal e-Cidadania abre espaço para que qualquer pessoa cadastrada apresente uma ideia legislativa para apreciação dos demais usuários da plataforma. As ideias que recebem pelo menos 20 mil apoios no portal se tornam sugestões para a Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa (CDH), que pode transformá-las em projetos de lei.

Também no Senado, o Programa Jovem Senador traz anualmente estudantes do ensino médio de todos os estados para um período de simulação dos trabalhos parlamentares. Os alunos apresentam, discutem e votam propostas em sessões no Plenário da Casa. Os textos se transformam em sugestões legislativas que os senadores podem fazer avançar.

Já a Câmara tem o Wiki-legis, um espaço onde os projetos de lei ficam abertos a sugestões populares. O cidadão pode oferecer nova redação para dispositivos e deixar sua opinião a respeito de todas as propostas. Os relatores têm acesso a essas contribuições e podem incorporá-las aos textos.



Para Márlon Reis, a iniciativa popular aumenta a legitimidade do Congresso

segunda instância. O projeto aprovado oficialmente foi um texto de 1993, de autoria do Executivo durante o governo Itamar Franco. No entanto, ele foi impulsionado por uma campanha organizada pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. O movimento reuniu mais de 1,5 milhão de assinaturas em favor de um projeto de lei popular, que daria origem à Lei da Ficha Limpa. O deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) foi o responsável pelo resgate da proposta. No Senado, o texto foi aprovado por unanimidade.

Supremo exige verificação de assinaturas populares

A tendência de se apadrinhar uma proposta de iniciativa popular só foi quebrada em 2016. Encabeçada pela Associação Nacional dos Procuradores da República, o projeto de lei que institui novas ferramentas de combate à corrupção foi “adotado” pelo deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP).

Na Câmara, o projeto sofreu várias modificações. Após a aprovação, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP) acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) questionando as mudanças, e o ministro Luiz Fux determinou o retorno do projeto à Câmara por considerar as alterações excessivas.

O professor Fábio Lopes observou que essa decisão seguiu um princípio: por ser a voz direta da sociedade, uma proposta de iniciativa po-

popular não pode ser alterada livremente pelo Parlamento.

Fux também questionou a conferência das assinaturas. Para ele, o projeto deveria ser tratado como de iniciativa popular, e a escolha de um deputado para bancá-lo contraria isso. Sem esse subterfúgio, seria necessário verificar as assinaturas.

Pela primeira vez na história, o Congresso passou o pente fino nas subscrições de um projeto de iniciativa popular. O TSE forneceu as condições necessárias. Quase 200 mil assinaturas precisaram ser desconsideradas, por falta de registro adequado, mas mais de 1,7 milhão foram reconhecidas, o equivalente a 1,2% do eleitorado nacional. A cota mínima de apoios por estado foi atingida em todas as 27 unidades da Federação.

Plebiscito e referendo permitem à população participar diretamente

PLEBISCITOS E referendos são formas de a população tomar decisões diretas. O plebiscito já fazia parte da legislação brasileira antes da Constituição de 1988, mas foi utilizado apenas uma vez, em 1963, quando 80% dos cidadãos disseram não ao parlamentarismo que pretendia impedir João Goulart de assumir a Presidência após a renúncia de Jânio Quadros.

O plebiscito é uma consulta prévia: os cidadãos expressam qual é a sua vontade e, depois disso, caberá ao Congresso ou ao Poder Executivo formalizá-la em norma. Já o referendo trata de uma opinião sobre uma norma já editada e promulgada, e pode ser entendido como um veto popular.

Tanto a Constituição de 1967 quanto a emenda de 1969, outorgadas pela ditadura, ignoraram a consulta popular direta. O plebiscito retornou pelas mãos da Assembleia Constituinte, que trouxe para o arcabouço jurídico do país também a figura do referendo.

A convocação de consultas populares é uma atribuição exclusiva do Congresso. O professor Fábio Lopes explicou que essa regra é um freio importante contra o potencial abuso do instrumento, que, se levado ao extremo, poderia significar fragilização da democracia.

— Quando você tem um governo populista, ele poderia enfraquecer o Congresso e a oposição jogando todas as decisões para plebiscitos.

Nosso sistema evita isso colocando o plebiscito na mão do Congresso. Essa salvaguarda é bem pensada.

Ele explica que a consulta popular devem ser reservada para temas de “extrema relevância” e em que haja divisão muito grande entre lados bem determinados.

O primeiro plebiscito da nova Constituição estava, na verdade, previsto no próprio texto. Os constituintes decidiram provisoriamente pelo presidencialismo e encaminhar a palavra final para o povo. Em abril de 1993, o eleitorado foi às urnas e confirmou o presidencialismo. Na mesma votação, os eleitores deveriam escolher a forma de governo do país: monarquia ou república. A república e o presidencialismo, que haviam sido escolhidos provisoriamente pela Constituinte e já vigoravam, saíram vitoriosos. Naquele caso, a decisão foi aplicada automaticamente.

O referendo mais famoso foi realizado em 2005. Um dos dispositivos do Estatuto do Desarmamento, que proibia a comercialização de armas no país, foi destacado do restante do texto para que a população optasse se gostaria de vê-lo em vigor.

Os eleitores foram às urnas responder com sim ou não à pergunta: “Você é a favor da proibição do comércio de armas e munição no Brasil?” O não, cuja campanha foi liderada pelo então presidente do Senado Renan Calheiros, venceu com mais de 60% dos votos.

Características do Plebiscito e Referendo

Nos dois casos:

- ✓ O comparecimento dos eleitores é obrigatório
- ✓ Previsto na Constituição e regulamentado pela Lei nº 9.709, de 1998
- ✓ Convocado mediante Decreto Legislativo, salvo em matéria de interesse local
- ✓ Será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples
- ✓ O resultado é soberano

...a diferença é que:

O plebiscito é realizado antes do ato legislativo ou administrativo



O referendo é realizado depois do ato legislativo ou administrativo



Consultas realizadas no Brasil desde a promulgação da Constituição sob responsabilidade do TSE

21/04/1993

Plebiscito nacional sobre a forma de governo e o sistema de governo no Brasil.

Entre monarquia e república, **65,48%** optaram por **República**



Monarquia

Entre presidencialismo e parlamentarismo, **54,75%** optaram por **Presidencialismo**



República Presidencialismo

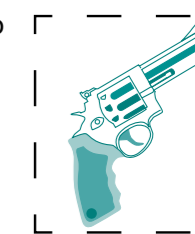


Parlamentarismo

23/10/2005

Referendo nacional sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munições no país.

63,94% dos brasileiros votaram **NÃO** para a alteração no art. 35 do **Estatuto do Desarmamento** (Lei nº 10.826/2003). O novo texto proíbe a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, mas foi rejeitado e a comercialização, mantida.

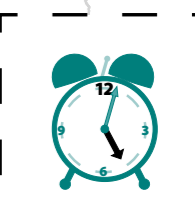


31/10/2010

Referendo estadual sobre o fuso horário do Acre

Pergunta: Você é a favor da recente alteração do horário legal promovida no seu Estado?

56,87% dos eleitores do Acre votaram **NÃO**



11/12/2011

Plebiscito estadual sobre a possibilidade de desmembramento do Pará em dois estados: Carajás e Tapajós.

Pergunta 1: Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Carajás?

66,6% responderam **NÃO**

Pergunta 2: Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Tapajós?

66,08% responderam **NÃO**



Jovem Senador: estudantes de todos os estados apresentam e votam propostas

Propostas são adotadas por parlamentares

A lista de assinaturas para um projeto de iniciativa popular deve ser conferida pelo Congresso Nacional no ato da entrega da proposta, para certificar o cumprimento do número mínimo de apoios. A regra, porém, esbarrou historicamente em um problema operacional.

Em 1992, chegou à Câmara o primeiro projeto de lei fruto de iniciativa popular. Tratava-se da proposta de criação do Fundo Nacional de Moradia Popular, que financiaria programas sociais de habitação para a população de baixa renda. Na ocasião, membros de quatro movimentos sociais entregaram uma lista com mais de 800 mil assinaturas — o que representava cerca de 8% do eleitorado nacional — coletadas em 18 estados.

Com a impossibilidade de conferir as assinaturas — naquele momento, o Tribunal

Superior Eleitoral (TSE) não concentrava o cadastro de todos os eleitores brasileiros —, a Câmara nomeou o deputado Nilmário Miranda (PT-MG) como “padrinho” do texto, para cumprir as funções reservadas ao autor.

A proposta tramitou normalmente e acabou sendo aprovada pelo Congresso em 2005. O resultado foi a Lei 11.124, que rebatizou o fundo, substituindo “Moradia Popular” por “Habitação de Interesse Social”, e criou ainda um sistema nacional para articular políticas públicas para a área.

A conferência oficial de assinaturas também não foi feita nos três outros casos em que uma iniciativa popular se converteu em lei.

Em 1993, uma campanha do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro (Cedca) converteu-se

em um projeto de lei apresentado pelo então presidente Fernando Collor, que incluiu no rol de crimes hediondos o homicídio praticado com características de atuação de grupo de extermínio. O projeto foi aprovado no ano seguinte, impulsionado pela comoção nacional com a morte da atriz Daniella Perez, em dezembro de 1992.

Em 1999, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP) comandaram uma mobilização que envolveu outras 60 entidades para tipificar a compra de votos como crime eleitoral. O deputado Alêcordeiro (PTB-AL) “apadrinhou” o texto, que virou lei em tempo recorde: um mês.

Em 2010 o Congresso aprovou uma legislação tornando inegáveis as pessoas condenadas judicialmente em

Colegiado é espaço de interlocução entre os legisladores e a sociedade

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa faz audiências sobre projetos e analisa sugestões populares

A PARTICIPAÇÃO popular foi ampliada desde 1988 e já não se restringe às ferramentas formais previstas explicitamente na Constituição. É fundamental que haja pontos de contato permanentes entre o poder e a sociedade, que permitam diálogo constante e que garantam a permeabilidade das políticas públicas às demandas sociais dinâmicas.

O Senado possui desde 2003 um importante canal. Naquele ano a Casa ganhou uma comissão temática dedicada a recepcionar a participação popular no processo legislativo. A Comissão de Direitos Humanos e Legis-

lação Participativa (CDH) se notabilizou pela realização de audiências públicas, nas quais representantes de setores sociais podem apresentar pontos de vista, opinar sobre projetos de lei e sugerir tópicos para apreciação do Senado.

A comissão é também encarregada de analisar as sugestões legislativas apresentadas e apoiadas por meio do Portal e-Cidadania. Se aprovadas pela CDH, elas passam a tramitar no Senado como projetos de lei.

O primeiro presidente da comissão foi Magno Malta (PR-ES). O senador diz entender que a CDH cumpre o papel essencial de unir na mesma mesa de discussão os legisladores e aqueles que serão afetados pelo trabalho. Esse encontro, diz ele, qualifica a produção do Senado.

— Os parlamentares erram quando fazem as leis a partir deles. Você tem que fazer leis chamando quem é de dentro para debater. Como fazer uma lei mexendo no Estatuto da Criança

e do Adolescente sem tratar disso com delegados, Ministério Público, assistentes sociais, conselheiros tutelares? Com quem está na ponta e deve ser protegido?

Malta lembra que o Senado não possuía, antes da CDH, um fórum tão aberto à intervenção dos cidadãos. O surgimento da comissão e sua dedicação a audiências trouxe esse ganho, diz.

Para ele, a maior virtude do espaço é a pluralidade. Não deve haver assuntos interditados: todas as causas e bandeiras devem ter lugar nos debates.

O senador avalia que os colegas que participam com frequência da CDH (são 19 titulares) atuam na defesa de bandeiras bem marcadas e valorizam a interação com o povo, mas ele garante que essa não é a regra no Senado e nem na Câmara. Em face disso, quem precisa conquistar o espaço para ser ouvido é o próprio povo, diz.

— O cidadão tem que estar atento e hoje pode fazer contato e cobrar.

Passo a passo para a lei de iniciativa popular



O cidadão escreve um projeto de lei



Procura parceiros (cidadãos, ONGs e entidades que compactuem com a mesma ideia)



O grupo inicia a **coleta de assinaturas** que deve chegar ao total de **1% do eleitorado nacional**, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de **0,3%** dos eleitores de cada um deles



O projeto, em conjunto com as assinaturas, precisa ser **protocolado** junto à Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados



A Câmara inicia a **conferência das assinaturas** para o início da tramitação da proposta

Outra forma:



O cidadão faz sua sugestão de projeto no Portal e-Cidadania, do Senado (www12.senado.leg.br/ecidadania)



COMPARTILHAR

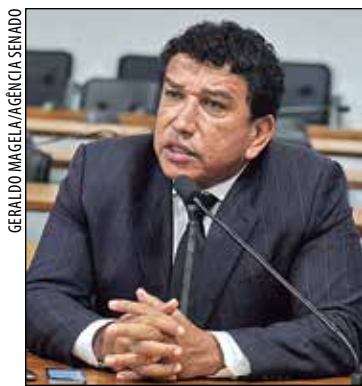


Faz uma **campanha virtual** para angariar seguidores



Se a matéria receber **20 mil apoios**, a ideia se tornará uma sugestão legislativa e será debatida pelos senadores, podendo tornar-se um projeto de lei e passar a tramitar na Casa

Fonte: Câmara dos Deputados e Senado Federal



Malta: parlamentar precisa debater projetos com quem será afetado

Observatório Social incentiva cidadão a acompanhar ações do setor público

Uma das iniciativas de participação popular que se originam da própria sociedade é o Observatório Social do Brasil, um sistema integrado presente em 135 cidades de 16 estados diferentes. As unidades municipais do programa reúnem voluntários e técnicos que monitoram as atividades dos órgãos estatais, a atuação dos conselhos gestores, a execução orçamentária, a realização de licitações e compras e outros aspectos do trabalho do setor público.

A instalação de obser-

vatórios sociais em cidades deve sempre partir de uma requisição da comunidade local. A central nacional se encarrega de montar e capacitar a equipe no município.

Um observatório social deve contar com representantes de todas as áreas da vida do município — como entidades de classes profissionais, universidades, empresas, clubes sociais — e os integrantes não podem ser filiados a partidos políticos.

A diretora-executiva da rede de observatórios, Roni Enara Rodrigues, explica

que essa metodologia ajuda a manter o foco na missão de otimizar o setor público.

Os observatórios promovem eventos junto às comunidades municipais, como palestras e eventos de conscientização. Os representantes falam sobre a carga tributária, para onde vai o dinheiro dos impostos e de que forma deveria voltar. A intenção é despertar uma cultura de fiscalização do bom uso dos recursos. Para Roni, esse foco local ajuda a galvanizar um espírito participativo.

JORNAL DO SENADO

Via N2, Bloco 11 do Senado Federal
CEP 70.165-920, Brasília - DF
www.senado.leg.br/jornal • jornal@senado.leg.br
Twitter: @SenadoFederal
facebook.com/SenadoFederal
Telefone: 0800 61 2211

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral:
Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Editor-chefe do *Jornal do Senado*: Marcio Maturana

30 ANOS - CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA

Reportagem: Guilherme Oliveira
Coordenação: Nelson Oliveira
Diagramação: Claudio Portella | Pesquisa de fotos: Braz Felix
Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Tatiana Beltrão